



Documento da Assembleia Geral Ordinária de 2011

Documento elaborado com a participação do Conselho, equipe, 145 associados/as e parceiros em 13 encontros municipais e apreciado e aprovado na 46ª Assembleia Geral Ordinária no dia 02 de março de 2011.

O documento está organizado em 5 partes: 1) posicionamento sobre o contexto; 2) relatório de atividades e financeiro de 2010; 3) avaliação institucional; 4) perspectivas e orçamento para o exercício de 2011; 5) Manifestação pública de organizações do Sudoeste do Paraná sobre o Contrato de Repasse 0209943-16 - MDA/Prefeitura de Francisco Beltrão” .

Agroecologia e Políticas Públicas em busca da Soberania da Agricultura Familiar e Camponesa

Sudoeste do Paraná – março de 2011

1. Posicionamento sobre o contexto

No mundo

Compreender de forma apropriada o lugar onde se vive implica no desafio de tornar sempre presente o que acontece no mundo, especialmente às/aos participantes das organizações populares.

Neste momento, o mundo, presa do Capitalismo, obriga os povos, da África, do Oriente Médio e da América Latina, no campo e na cidade, a muitas lutas, grande parte delas nas ruas, enfrentando as artimanhas e armas dos mandantes.

Não há tempo para aprofundar este debate neste momento, por isso é fundamental esta assembleia posicionar-se no sentido de que o estudo e o debate coletivo destes componentes da conjuntura façam parte do plano de ação da ASSESOAR.

No Brasil – políticas oficiais nacionais

Foi a primeira vez, na história do Brasil, que se viveu a experiência de um governo eleito pelo voto, assentado num compromisso de acolhida das demandas populares, dos mais empobrecidos.

Nos oito anos, a relação das organizações populares com este governo produziu efeitos contraditórios. As organizações populares do Sudoeste do Paraná, na sua maioria, dedicaram-se a eleger e a apoiar o governo, e avaliam como um avanço o fato de boa parte de antigas reivindicações (frutos de uma história de luta por direitos e por dignidade) serem atendidas por programas que fortaleceram a sintonia dos cidadãos com o governo, indivíduos que carregavam a esperança do povo, manifestada durante as eleições.

Quando as reivindicações foram atendidas, o outro efeito sentido é o enfraquecimento das lutas e da participação popular. Ou seja, a ação do governo melhorou sua sintonia com os sujeitos individuais, mas esvaziou e fragilizou a mobilização e o posicionamento político das organizações populares, dos sujeitos coletivos.

É como se as organizações populares não tivessem percebido, ou esqueceram, que se tratava de uma mudança de governo, não da superação do Capitalismo, cujos mecanismos de exclusão continuam ativos. Parou-se de lutar e perderam-se as oportunidades de avançar nas pequenas portas abertas (os programas de governo), tornando-as políticas de Estado. É consenso de que o governo federal provocou a desmobilização das forças populares.

Entre as ações do governo federal, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - é interessante, mas, como programa, tem vida curta, precisa se tornar política pública e aumentar o volume de recursos investidos, combinando-se com políticas municipais que fortaleçam o acompanhamento e o planejamento da produção. A fragilidade deste programa é revelada na própria estrutura produtiva atual, centrada na produção de soja, milho e leite.

A Merenda Escolar, como política pública, é um avanço mais consistente porque abre possibilidades de renda e garantia de comercialização. O avanço necessário agora é garantir que as demandas formuladas sejam adequadas às realidades produtivas locais, aos microclimas e à sazonalidade da produção, superando o enfoque do mercado empresarial, centrado na oferta regular e padronizada, que reforça a monocultura, a viagem dos alimentos e o empobrecimento

nutricional.

Modificar esta forma de pensar é também um desafio educativo ao conjunto da sociedade, podendo se tornar um importante recurso pedagógico para as escolas públicas, no campo e na cidade. Esta nova modalidade de produzir alimentos exige políticas municipais de planejamento e acompanhamento, podendo ampliar o percentual mínimo de 30%, garantido em lei. Da forma como está, a merenda escolar continuará, em grande parte, nas mãos dos grandes atacadistas, priorizando o gasto do dinheiro público com produtos descaracterizados pelas indústrias.

Estes avanços são necessários e desafiam as organizações populares, a disputar com as empresas que continuam tendo acesso e se beneficiando da maioria dos recursos públicos, uma vez que no governo, as políticas são controladas por elas, sobrando os programas para os trabalhadores, condição que dá continuidade ao 'Estado Mínimo' do governo FHC.

Prova disso é que a agricultura familiar/camponesa é parte da agenda social do governo, conforme o enquadramento no PPA 2008-11. É por isso que os assentamentos continuam abandonados e o crédito fundiário, com sua concepção e os poucos recursos, não resolve o problema. No caso do crédito público, para custeio e investimento, a absoluta maioria continua destinado para o agronegócio e suas exportações.

Apesar do aumento, os recursos do PRONAF se mantem, proporcionalmente, inferior aos recursos do agronegócio. Além do que, passados alguns anos, os dados demonstram que esses recursos continuam sendo destinados para as tecnologias convencionais, incluindo os transgênicos, resultando numa retomada do endividamento das famílias do campo.

O SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, que pretendia resolver os problemas enfrentados pelas agroindústrias familiares não avançou e estas continuam inviabilizadas. Os transgênicos foram liberados, apesar da posição contrária e unânime dos movimentos sociais populares do campo.

A agricultura para exportação foi fortalecida e a reforma agrária saiu de foco e não sairá do papel se depender dos parlamentares, na maioria aliados do agronegócio. Mesmo os representantes eleitos com apoio das organizações populares, não raro, têm dificuldades de assumir a defesa e a proposição de políticas que fortaleçam o campo popular, como a agroecologia. Viveu-se dificuldades de fazer críticas ao governo no tempo certo, prejudicando a tomada de decisões que levariam a um quadro de maior avanço.

O PRONAF deverá se tornar uma política pública, mas com uma revisão das regras de acesso. O seguro existe para o agronegócio, não para os agricultores familiares/camponeses. O endividamento é devido ao planejamento, cuja estratégia se alinha com a do agronegócio, fortalecendo-o.

Acima de tudo, é urgente perceber que o desafio é político, de repensar o papel da agricultura familiar/camponesa num projeto justo de país. E este desafio só pode ser superado com formação, articulação política e a retomada das lutas.

O governo Dilma é diferente, não aparenta ter um vínculo sólido com a agricultura familiar e camponesa ou com as organizações populares, razão pela qual não se pode esperar avanços significativos, especialmente quanto à reforma agrária. Contudo, espera-se que a eleição de uma mulher possa fortalecer a renovação das práticas ligadas aos movimentos sociais e que os programas se tornem políticas públicas, para que os avanços sejam mantidos em qualquer governo.

Continua, na grande mídia, a difamação das organizações e lutas dos trabalhadores. Ou seja, sem articulação e mobilização, o campo da agricultura familiar e camponesa, continuará à margem.

No Paraná

No governo do Paraná, o quadro atual sinaliza para a entrada num período crítico para os movimentos e organizações populares, pois o governador, além de não ter ligação com a Agricultura Familiar e Camponesa, tem um histórico de combate às organizações populares na Prefeitura de Curitiba. Mais de 70% dos gabinetes do governo do estado são ocupados por membros da ex-administração da prefeitura de Curitiba, indicando que os movimentos sociais da cidade e do campo não serão reconhecidos pelo atual governo.

Nos municípios - as políticas públicas

Percebe-se que, na Agricultura Familiar e Camponesa, pouco se tem pautado as políticas públicas municipais. Há um desconhecimento geral de quais são os possíveis instrumentos para acessar as mesmas. Neste sentido, o que geralmente acontece é a pouca ou nenhuma destinação de recursos para a agricultura.

Os conselhos municipais precisam ser reorientados. Hoje, no geral, são meros espaços consultivos, que validam o proposto pela administração municipal. Se, ao contrário, os conselhos fossem efetivamente espaços deliberativos, poderiam contribuir para reorientar as políticas públicas nos municípios. Para tanto, faz-se necessário que as entidades organizem-se, formulando propostas para que a participação nos conselhos seja respaldada pelas mesmas, a partir dos anseios das famílias agricultoras.

Outro instrumento de intervenção nas políticas públicas municipais são as peças orçamentárias (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e Plano Plurianual - PPA) do Orçamento Municipal, que define anualmente e a cada 4 anos, a destinação dos recursos municipais.

A escola fortalece a fragmentação do conhecimento, impedindo às pessoas constituírem um olhar mais totalizante e crítico da realidade. Esta fragmentação avança da escola para os mais diversos espaços da sociedade, gerando dificuldades de perceber as diferentes dimensões necessárias à manutenção da vida, normalmente ressaltando apenas os aspectos relacionados ao produtivo.

Nos municípios, reivindicar políticas municipais relacionadas com a escola e a educação dos filhos, com a saúde, com a alimentação, com o lazer, entre outras, é uma preocupação quase ausente. Exemplo disso é a produção de alimentos que, em sua grande maioria, continua vindo de fora enquanto que a produção agrícola regional está toda arrumada para fortalecer as empresas e a exportação. E ainda, como consequência, fragiliza-se a saúde, devido à má qualidade da alimentação.

O campo não é visto como um lugar possível de se viver e merecedor de investimentos públicos. Prova disso é que a maioria das crianças são levadas para escolas das cidades. Tanto nas escolas das cidades quanto nas escolas do campo, o material utilizado é inapropriado, enquadrando os professores a realizar o que já vem pré-determinado, com foco em formar mão de obra para as empresas. O contexto local e, principalmente, a vivência no campo estão distantes de fazer parte do dia a dia da escola.

Percebe-se, nos municípios, experiências organizativas e produtivas interessantes, que são referência para as entidades e organizações populares. Contudo, há dificuldade de assumi-las em

conjunto e torná-las políticas públicas. Sair da lógica do assistencialismo significa avançar na proposição de políticas que contemplem as reais necessidades do campo.

As tecnologias e o campo

Nos últimos anos, constata-se um avanço das tecnologias que geram dependência na agricultura. Os dados do último censo do IBGE mostra que os venenos são utilizados em 67% das lavouras do Sudoeste do Paraná. Como forma de camuflar o crescimento assustador do uso de venenos, investe-se recursos públicos para recolher as embalagens, querendo com isso criar uma imagem nebulosa de cuidado com o meio ambiente. Além da contaminação química e biológica em curso, outros agravantes são notados: desvalorizou-se e perdeu-se a prática de consumir os alimentos crioulos; vive-se um tempo onde, para tudo, se depende de um 'técnico'; espera-se tudo pronto e satisfaz-se com os pacotes fornecidos pelas empresas do agronegócio, tidas como únicas possibilidades possíveis. Este quadro corresponde a uma débil percepção pública do crescente empobrecimento e endividamento, já que estas tecnologias utilizadas são propriedade das empresas, construídas para alimentar seus lucros (apropriação da riqueza do trabalho).

Neste quadro, a agroecologia, no Paraná e no Sudoeste, sofreu uma derrota nos últimos anos, revelando-se na incapacidade da maioria das organizações da agricultura familiar e camponesa de colocá-la entre suas prioridades e no planejamento.

Os efeitos das políticas do agronegócio para a agricultura familiar e camponesa pode ser demonstrado na seguinte fórmula: trabalho + tecnologia + aumento da produção, dividido pela desorganização + conhecimento impróprio = dívida + empobrecimento.

Para se contrapor às tecnologias empresariais, faz-se necessário apropriar-se de outros conhecimentos já desenvolvidos pela humanidade para a prática da agricultura e da pecuária. Caminho possível com a recuperação, revisão e difusão do conhecimento popular e do conhecimento científico apropriado às condições de dignidade e de autodeterminação dos povos do campo. Tal atitude implica em confrontar-se com as tecnologias e mecanização apropriadas e de propriedade das empresas capitalistas, redirecionando recursos do Estado para a pesquisa e ensino públicos, nos diversos níveis, sintonizados com a agricultura familiar e camponesa e a produção saudável e diversificada de alimentos.

Os desafios organizativos

Neste contexto de avanço das tecnologias ligadas ao Agronegócio, o campo e suas organizações necessitam ressignificar-se. Há uma clara disputa entre aderir às “tecnologias modernas” ou dar visibilidade às tecnologias ditas “atrasadas”, relacionadas à Agricultura Familiar e Camponesa. Neste confronto, muitos movimentos e organizações têm tido dificuldade em perceber que a agroecologia não representa o atraso e sim uma apropriação, por parte das famílias agricultoras, de conhecimento e tecnologias que tem como princípio a produção de alimentos, a promoção da saúde e a soberania da região.

Assim, ter dignidade no campo é estudar, ter saúde, terra, renda, lazer entre outros. Viver no campo significa ser um pouco de agrônomo, veterinário, professor ... porém, para isso, a escola pública não prepara. Ao contrário, vive-se em uma sociedade que fragmenta e centraliza o conhecimento, de forma que as famílias agricultoras possuem grandes dificuldades de gerirem suas UPVFs e suas vidas, ficando reféns dos pacotes e da assistência técnica.

Na agricultura familiar, criou-se muitas organizações, porém, com ações e conhecimento fragmentados, fazendo com que cada uma atue por conta própria, sem articulação e diálogo, na

ilusão de que não é mais necessário fazer a luta política. O trabalho organizativo de base e a formação não mais acontecem.

Constata-se o avanço de processos de formação das empresas, com recursos públicos, como: o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI que representam os interesses das grandes corporações, como o agronegócio. Na contramão, as organizações do campo popular implementam processos formativos pouco compreendidos e sem recursos públicos. Este fato é agravado pelo individualismo em que o campo se encontra, com entidades da agricultura familiar abandonando a formação coletiva e crítica e os processos de mobilização política.

A dificuldade de compreender a formação como processo para a emancipação das pessoas, a falta de articulação, diálogo e planejamento, coloca em risco a continuidade e a importância das entidades e organizações da região.

Obtivemos avanços na educação, com a criação de universidades, porém, temos dificuldade de modificar os conteúdos e métodos dos cursos para atender aos povos do campo. Esta dificuldade também se manifesta em outras conquistas, como o programa de habitação rural, que é muito burocrático.

A mobilização das entidades regionais, em conjunto com a UTFPR – campus Dois Vizinhos, garantiu o curso de Licenciatura em Educação do Campo. O desafio, agora, será o acompanhamento.

Mesmo com a criação das universidades, não se percebe, mudanças significativas favoráveis à agricultura familiar e camponesa nos serviços de extensão e pesquisa. Até porque, a extensão tradicional, que é base curricular das universidades, tem problemas e, muitas vezes, não ajuda. Estas mudanças são de longo prazo, mas para que aconteçam, necessitam agora de um olhar atento das entidades populares.

Já o ensino fundamental e médio do campo, necessita de uma interação com a dinâmica das UPVFs, tratando e organizando conhecimentos a elas relacionados, para que as crianças e jovens possam perceber o campo como um espaço de vida, conforme previsto nas Diretrizes Nacionais de Educação do Campo, ainda pouco conhecidas pelas organizações e órgãos públicos locais.

Com relação às sementes, a falta de sementes ecológicas e não transgênicas, devido à contaminação genética, já é uma realidade. Esta previsão já era anunciada na festa das sementes em Ampére, no ano 2008.

O aumento do uso de venenos nas lavouras é uma falta de consideração com os vizinhos, porque lhes é tirado o direito de fazer uma opção diferente de vida e produção. É urgente avançar na efetivação dos direitos dos povos do campo, como o acesso à biodiversidade e às condições necessárias para a produção de alimentos, como já garantidos no Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, do qual, o Brasil é signatário.

Enquanto proposta de acompanhamento técnico, a denominada ATER não dá conta, não escuta os/as agricultores/as, o saber é concentrado no técnico. Por outro lado, a maioria dos agricultores/as foram acostumados a receber as coisas prontas. A superação deste quadro, reposiciona a relação entre técnicos e agricultores/as para que não seja uma relação autoritária mas uma relação que articule o conhecimento acadêmico com o conhecimento dos agricultores/as e camponeses/as. Mesmo a proposta construída pelos movimentos sociais

necessita ser monitorada e avaliada, para que se construa algo consistente e de acordo com as reais necessidades da agricultura familiar e camponesa.

Um dos grandes desafios organizativos é a permanência da juventude no campo. Atualmente não há sonho para o campo, o que faz a juventude assumir a onda do momento. A falta de um projeto concreto para a Agricultura Familiar e Camponesa provoca uma ausência de políticas públicas, o que agrava ainda mais a saída do jovem. Faz-se necessário construir políticas públicas que garantam terra e estruturação de suas UPVFs.

A comercialização

Na Agricultura Familiar, as pessoas acostumaram-se a produzir e, ao final da colheita, entregar o produto para que outros façam a comercialização. Nesta lógica, fortalece-se a intermediação da produção, a desvalorização do produzido e a falta de conhecimento, por parte dos agricultores e agricultoras, de como se estrutura o mercado.

Apropriar-se dos processos de comercialização significa um avanço na autonomia das famílias agricultoras, superando assim o distanciamento entre quem produz e quem consome. Neste sentido, as famílias agricultoras, através do diálogo que se estabelece nos processos de comercialização, adequam sua produção segundo as necessidades dos consumidores.

As feiras e as cooperativas de agricultores familiares deveriam ser espaços de diálogo e construção de conhecimento para agricultores e consumidores no sentido de despertar para a necessidade de trabalhar com produção diversificada de alimentos saudáveis e de lutar por estruturas de comercialização com recursos públicos, como política pública, já que alimento é uma necessidade básica e fundamental de toda a sociedade.

2. Relatório de atividades e financeiro de 2010

Agroecologia Gênero e Sustentabilidade

Com o objetivo de fortalecer iniciativas municipais de agroecologia e articular entidades da Agricultura Familiar em torno dessas iniciativas, foram realizadas atividades em 7 municípios: Ampere, Francisco Beltrão, Salgado Filho, Dois Vizinhos, Salto do Lontra, Bela Vista da Caroba e Capa-nema. As ações diferem, dependendo das especificidades e dinâmicas de cada município.

As atividades realizadas foram: assessoria aos Fóruns Municipais e Sub Regionais de organizações para planejamento, encaminhamentos, avaliação e replanejamento; encontros/oficinas de formação em agroecologia; organização das feiras ecológicas; organização de quatro grupos de consumidores ecológicos e entrega de sacolas de produtos; formação com as famílias feirantes; participação e contribuição na coordenação e no conselho de ética do Núcleo Regional Sudoeste da Rede Ecovida de Agroecologia; formação para a produção de leite a pasto; ampliação do programa de melhoramento genético de galinhas caipiras; recuperação, distribuição e multiplicação de sementes crioulas; monitoramento da contaminação dos milhos crioulos pelo milho transgênico; proteção de fontes; construção de cisterna de ferro cimento; divulgação da tecnologia de confecção de aquecedores solares de água; participação do programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil, através do Projeto de Apoio a Processos de Geração de Conhecimento em Rede que está sendo executado pelo Grupo de Trabalho e Monitoramento de Sistemas Agroflorestais da Rede Ecovida de Agroecologia, do qual participam 16 organizações dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre elas a ASSESOAR; oficinas de implantação e monitoramento de agroflorestas; implantação de hortas mandala em escolas e UPVFs; práticas de recuperação e proteção de solos; visitas às famílias feirantes, tendo em vista a produção e comercialização nas feiras ecológicas, merenda escolar e mercados/lojas da Agricultura Familiar; encontros de estudo de gênero e geração; oficinas de preparação de insumos para a produção ecológica (caldas, biofertilizantes e fitoterápicos para controle de insetos e doenças) e preparados naturais para a criação animal; preparação e realização da VII Festa Regional das Sementes; participação na organização e realização da IX Jornada Paranaense de Agroecologia; oficinas sobre técnicas de enxertia e poda; participação em exposições, cursos, congressos e simpósios regionais.

Participaram como beneficiários e/ou protagonistas das ações aproximadamente 2.567 pessoas – 1.817 participaram diretamente dos processos, e 750, indiretamente. São agricultoras/es familiares e consumidores (homens e mulheres adultos, jovens e crianças).

Além da ASSESOAR, participaram e contribuíram para a realização das ações: grupos de consumidores/as; educandos/as e egressos do Curso Técnico em Agroecologia; Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura Familiar; grupos de mulheres nos municípios de Ampere, Francisco Beltrão, Salgado Filho e Salto do Lontra; Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; Cooperiguaçu; Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar – CLAFs; Associações de Feirantes Agroecológicos; Agentes de Cooperativas de Crédito do Sistema CRESOL; faculdades e universidades; Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER; Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar – COOPAFIs; Prefeituras Municipais; Conselhos Municipais da Agricultura e Secretarias da Agricultura; Projeto Vida na Roça – PVR de Dois Vizinhos; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR (Dois Vizinhos e Pato Branco); bolsistas da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Paraná – SETI; Associações de Agricultores Ecológicos e Rede Ecovida de Agroecologia.

Centro de Educação Popular

O Centro de Educação Popular - CEP realizou suas ações educativas em parceria com as organizações do Fórum Regional de Entidades de Agricultores/as Familiares. A mobilização e a coordenação política dos processos educativos dá-se através de um Colegiado, que define as diretrizes políticas e pedagógicas, e da Coordenação Pedagógica dos Cursos. De forma geral, mais de 15 organizações populares e/ou públicas contribuíram na realização dos cursos.

Em 2010 foram realizadas as últimas etapas do Curso Técnico em Agroecologia. O Curso teve início em 2009 e finalizou, no final de 2010, com 39 formandos/as de 23 municípios das regiões Sudoeste, Oeste e Centro do Paraná e Oeste de Santa Catarina. Foram 1.872 horas de curso, das quais 1.168 de atividades presenciais e 704 de atividades supervisionadas, distribuídas em 18 etapas, durante 2 anos. O Curso está organizado em 4 áreas de ensino: a) Produção Vegetal; b) Desenvolvimento Rural Sustentável; c) Produção Animal e d) Prática Profissional e é certificado pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR.

Em 2010, foram realizadas 11 etapas com 726 horas de atividades presenciais e 350 horas semi-presenciais, totalizando 1076 horas, além de dois momentos de estágios nas entidades e em famílias com práticas agroecológicas. Foram realizados dois acompanhamentos individuais nas famílias dos educandos/as e um acompanhamento coletivo na perspectiva da inserção/construção de um projeto municipal de desenvolvimento multidimensional. Na conclusão deste processo de formação, houve contribuição de outras pessoas, para além do CEP, como na elaboração e na defesa dos projetos de vida. Esta previsto para fevereiro de 2011, a formatura. As atividades do curso envolveram diretamente mais de 400 pessoas.

Finalizou-se o curso de “Formação de Formadores em Educação Popular”, com o objetivo de capacitar Educadores Populares, tendo em vista o fortalecimento institucional e de base das organizações do campo. O curso foi desenvolvido em etapas presenciais e semi-presenciais, no intervalo das quais os participantes desenvolveram práticas relacionadas às suas atividades enquanto formadores, de forma articulada aos conteúdos do curso. O percurso formativo é pensado a partir de um olhar sobre as práticas das organizações dos educandos/as, tornando-as objeto de reflexão e estudo que compreende: 1) analisar o contexto e os problemas; 2) planejar; 3) aplicar/desenvolver as ações; 4) avaliar e sistematizar as práticas experienciadas. Os tempos pedagógicos, as etapas presenciais e semi-presenciais e as práticas dos educandos/as formam um todo em permanente interação, onde cada momento constitui-se em base para o seguinte.

As atividades do curso de Formação de Formadores dividiram-se em: a) eventos que abordaram temáticas associadas à proposta do curso; b) formulação e acompanhamento aos processos de formação nas entidades e/ou municípios dos educandos; c) problematização e estudo coletivo das diferentes dinâmicas formativas; d) leitura de textos com temáticas complementares. O curso realizou-se no período de junho de 2009 a dezembro de 2010, em 9 etapas presenciais de 16 horas cada, totalizando 144 horas e o tempo semi-presencial foi de 8 etapas, totalizando 56 horas.

O curso “Formação de Dirigentes”, que teve por objetivo capacitar dirigentes das organizações do campo popular, tendo em vista o fortalecimento de espaços municipais e regionais de articulação, finalizou suas atividades da segunda turma. Foram realizadas 7 etapas do curso com participação média de 30 pessoas: dirigentes de Cooperativas de Crédito - CRESOL, Sindicatos de Agricultores Familiares – STR /FETRAF-SUL, Cooperativas de Leite – CLAFs, Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar - COOPAFI, Entidades do Fórum Fronteira, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e ASSESOAR. Tendo uma carga horária de 150 horas, dividida em quatro eixos: Eixo 1: Sociedade, Estado e Políticas Sociais; Eixo 2: Relação entre concepção de sociedade e o debate do desenvolvimento; Eixo 3: Papel das entidades, organizações e

movimentos sociais e a função dos seus dirigentes; Eixo 4: Gestão das entidades, organizações e movimentos sociais a gestão e o desenvolvimento.

Fruto de um convênio entre a ASSESOAR e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e com a assessoria do Professor Sebastião Pinheiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, foram realizadas 2 oficinas, com participação de 70 pessoas (agricultores/as e técnicos das ciências agrárias), sobre Cromatografia e Mineralização do Solo. A proposta terá continuidade a partir de negociações em andamento no território do Sudoeste do Paraná.

Com o objetivo de gerar referências em Educação do Campo, realizaram-se atividades nas escolas de São Francisco do Bandeira, no município de Dois Vizinhos e Rosa Mística, na Comunidade de Tiradentes, no município de Salgado Filho. Nessas escolas do campo foram realizadas atividades de diagnóstico da realidade, planejamento, execução de atividades e sistematização, objetivando fortalecer a relação escola, famílias e comunidade. Na escola São Francisco do Bandeira, por exemplo, uma das atividades realizadas foi um intercâmbio no município de Capanema, com o objetivo de estudo e análise do atual modelo agrícola e seus efeitos sobre o meio ambiente e a vida dos agricultores e consumidores. Na escola Rosa Mística, na Comunidade de Tiradentes, as atividades giraram em torno do tema gerador “água”. Nessas atividades, envolveram-se, cerca de 250 pessoas, entre educandos/as, educadoras/es, familiares e representantes de organizações locais. Esse trabalho conta com o apoio de uma professora da UNIOESTE, da EMATER e das Secretarias de Educação dos Municípios, além das entidades locais da agricultura Familiar.

Com o objetivo de fortalecer os rumos e as estratégias da educação popular e da educação do campo, o CEP participa nas articulações de Educação do Campo (regional, estadual e nacional), no comitê estadual de Educação do Campo e no Conselho de Educação da América Latina - CEAAL.

Articulação e Gestão Institucional

Em 6 municípios, a partir dos Fóruns, foram realizados um diagnóstico e definidos prioridades que fizeram parte das propostas para os Planos Plurianuais dos Municípios – PPA¹. As propostas foram protocoladas nas prefeituras e câmaras de vereadores. Essa estratégia garantiu, em alguns desses municípios, a destinação de recursos para infraestrutura nas propriedades agrícolas, construção de casas; controle de insetos e doenças, correção de solo, convênios com entidades da agricultura familiar, um melhor manejo e proteção das fontes de água; estrutura e acompanhamento às feiras ecológicas e para a remuneração por serviços ambientais prestados pelos agricultores familiares.

Em outros 7 municípios, mesmo não tendo avançado na proposição coletiva de propostas para o PPA, as organizações locais mantiveram algum tipo de articulação em torno de interesses comuns, através dos Fóruns Municipais.

A ASSESOAR participou do Fórum Regional de Entidades de Agricultores Familiares que é composto por 9 organizações com atuação Regional, do Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná – GGETESPA que é composto por 22 organizações da região: 11 governamentais e 11 não governamentais e dos Conselhos Comunitário e Estratégico da Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS. Formal ou informalmente, a ASSESOAR desenvolveu atividades em parceria com 5 Universidades Públicas da região Sul do Brasil e com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Paraná – SETI. A ASSESOAR esteve presente, também, em espaços estaduais, nacionais e

1 O Plano Plurianual – PPA é um instrumento legal, a partir do qual é definida a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO dos municípios. Aspectos do desenvolvimento considerados no processo de definição das prioridades para o PPA e a LDO: metodologia e organização do trabalho, a comunicação, a produção e a renda, a comercialização, a educação do Campo, a saúde e saneamento, o meio ambiente, a produção ecológica, a segurança pública, cultura e lazer, gênero e geração.

internacionais como as Articulações de Educação do Campo; na Jornada Paranaense de Agroecologia; no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – CEDRAF; no Conselho de Produção Orgânica do Paraná - CPOrg/PR; na Rede Ecovida de Agroecologia; na Articulação Nacional de Agroecologia – ANA; na Associação Brasileira de ONGs - ABONG; no Processo de Articulação e Diálogo - PAD; no Conselho de Educação Popular da América Latina – CEAAL; no Fórum Social Mundial – FSM. A ASSESOAR contou com o apoio das Agências de Cooperação Internacional: EED e Stiftung Eine Welt Eine Zukunft – Alemanha, CCFD – França e IAF – Estados Unidos.

Do ponto de vista da gestão institucional e da participação das agricultoras e agricultores na ASSESOAR, cerca de 40% das pessoas que participaram dos processos de formação são associadas e associados da ASSESOAR. Tendo em vista a sistemática de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização - PMAS na ASSESOAR, foram realizados: a) encontros de avaliação e planejamento com associados/as; b) assembleia geral; c) reuniões mensais do Conselho Diretor e bimensais do Conselho Fiscal; d) reuniões mensais da Diretoria Executiva e Equipe; e) reuniões quinzenais da Coordenação Geral; f) encontros de estudos com os/as animadores/as municipais para definir as estratégias de mobilização dos associados e associadas.

Tendo iniciado em 2009, a ASSESOAR finalizou e aprovou em 2010 o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, do qual faz parte o “Referencial Teórico Metodológico”, o Estatuto, o Regimento Interno, o “Plano de Mobilização de Recursos”, as “Normas, procedimentos administrativos e instrumento de gestão de recursos humanos”, o “Sistema de Gestão Ambiental”, e a sistemática de “Planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização – PMAS”.

Com relação ao Planejamento Institucional 2011 a 2014, foram realizados 13 encontros municipais para discutir e definir as diretrizes e prioridades de ação, com participação, de mais de 50% dos/as associados/as ativos/as; um seminário, com a participação de 65 pessoas (associados/as e parceiros/as), com o objetivo de ajudar a identificar e ressignificar as diretrizes estratégicas, bem como, apontar as ações futuras prioritárias para a ASSESOAR; uma oficina, com a participação de 35 pessoas (conselho e equipe da ASSESOAR e alguns convidados) para construção das linhas prioritárias do Marco Lógico (análise do problema e definição dos objetivos, dos resultados e atividades) do novo Trienal.

Em 2010, concomitantemente ao processo de planejamento institucional, também foram elaborados e encaminhados os projetos: “Curso Técnico em Agroecologia” para a Petrobras, que não foi aprovado e “Práticas Sustentáveis de Viabilização da Agricultura Familiar” para a Fundação Interamericana – IAF, que foi aprovado e iniciou sua execução em agosto de 2010.

Em 2010, a ASSESOAR: a) manteve uma dinâmica de comunicação e informação interna a partir das reuniões da coordenação, da equipe e diretoria executiva, dos Conselhos Diretor e Fiscal e dos/as Animadores/as Municipais; b) um sistema de arquivos, com todas as informações institucionais, em um servidor central, conectado por uma rede interna com terminais, que é acessado e alimentado por todos os usuários autorizados, cada um com senha própria; c) a publicação de informativos internos, da Revista Cambota, calendário e outras publicações; d) reestruturou o seu sítio digital; e) reelaborou a política de comunicação institucional para ser implementada a partir de 2011; e) fez uso de recursos de comunicação como o correio eletrônico, voz sobre IP e mensageiros instantâneos porque facilita, reduz custos e fortalece formas alternativas de comunicação, ágeis e livres; f) manteve sua política de utilização de Software Livre, por tratar-se de uma lógica centrada na cooperação e na democratização do conhecimento; e g) manteve uma gestão administrativa, contábil e de pessoal conforme a legislação vigente.

Relatório financeiro do exercício de 2010

(Dados Extraídos do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras 2010)

Tabela 1 - Demonstrativo da Movimentação Financeira em 2010

TOTAL RECEITAS / DESPESAS	VALOR R\$
Saldo Anterior 01/01/2010	101.034,12
Receitas Financeiras em 2010	853.018,90
TOTAL DE RECEITAS EM 2010	954.053,02
SAÍDAS DO ANO	
Despesas em 2010	895.944,32
SALDO FINANCEIRO 31.12.2010	58.108,70

COMPOSIÇÃO DO SALDO FINANCEIRO EM 31/12/2010		COMPOSIÇÃO SALDO EMPRÉSTIMOS A PAGAR CRESOL	
Fundo de Crédito Rotativo	497,35		
Núcleo Sudoeste da Rede Ecovida	703,45	Saldo Empréstimos em 01/01/2010	103.525,48
Rede Ecovida de Agroecologia	537,83	Juros de empréstimos em 2010	13.779,38
Projeto EED	4.437,05	Pagamento Empréstimos 2010	12.295,80
IAF	49.866,57	Saldo Empréstimos 31/12/10/Cresol	105.009,06
Institucional	2.066,45		
TOTAL	58.108,70		

No ano de 2010 foi quitado o empréstimo junto a Cresol Capanema . Porém o saldo devedor junto as Cresois teve um pequeno aumento devido aos juros apropriados durante o ano de 2010.

Tabela 2 - Descrição das Receitas de 2010

FONTES DE RECEITAS	VALOR - R\$	PERCENTUAL (%)
Financiadoras/Exterior	521.097,17	60,29
EED	306.023,00	
CCFD	149.074,17	
IAF	66.000,00	
Receita Projeto SETI/PR	7.567,36	0,88
Receitas Próprias ASSESOAR	205.637,87	23,79
Juros Bancários	7.140,28	0,83
Convênios/ Rede Ecovida	3.259,00	0,38
Isenção da Cota Patronal – INSS	104.671,27	12,11
Receitas Venda Imobilizado	14.983,92	1,73
Total da Receita	864.356,87	100

ASSESOAR teve em 2010 uma receita de R\$ 864.356,87, sendo que 60,29% foram de financiadoras do exterior; 23,79% de receitas próprias, 12,11% refere-se a isenção da Cota Patronal INSS e o restante referem-se a outras receitas, conforme tabela.

Tabela 3 - Descrição das Receitas Próprias de 2010 e comparativo com 2009

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	2010	2009
Aluguel do Prédio / ASSESOAR	151.315,51	151.151,54
Anuidades dos associados	1.930,00	1.811,50
Contribuições Assoc Colaboradores	1.610,00	1.480,00
Receitas Diversas	8.561,45	10.697,83
Recuperação Custos Assessorias	4.108,41	6.355,00
Recuperação Custos Hosp/Alimentação	34.017,00	47.410,34
Receita Promoções	4.095,50	12.747,71
TOTAL	205.637,87	231.653,92

As Receitas Próprias da ASSESOAR em 2010 totalizaram R\$ 205.637,87, com uma pequena variação a menor de R\$ 26.016,05, ou 11,3% em relação ao ano de 2009.

Tabela 4 – Descrição das despesas em 2010 e comparativo com 2009

DESCRIÇÃO DOS GASTOS	2010	2009
Salários e Encargos Sociais	418.421,57	538.612,26
Prestação de Serviços	60.042,78	30.971,32
Gastos com Veículos	38.379,60	44.951,21
Gastos com Passagens	10.213,76	21.480,10
Hospedagem Alimentação	58.135,64	58.811,71
Material de Escritório/Apoio e Publicações	34.272,72	37.571,08
Despesas Gerais	38.407,55	35.429,65
Despesas Admin./Auditoria	3.000,00	3.000,00
Despesas de Manut. e Reformas Gerais	23.897,95	14.267,27
Juros sobre empréstimos	13.576,38	11.025,97
Despesas com Depreciação	92.925,10	120.256,62
INSS Cota Patronal	104.671,27	126.958,17
TOTAL	895.944,32	1.043.335,36

Comparado com 2009, os gastos de 2010 tiveram uma redução de 14,1% . O item que teve a maior variação foi Salários e Encargos Sociais, visto que tivemos a redução de 3 pessoa no quadro de pessoal em 2010.

3. Avaliação institucional

Apesar da ênfase na dimensão econômico produtiva e a forma, ainda, marginal como são tratados temas como a agroecologia, houve avanços na capacidade organizativa e de articulação dos agricultores familiares e suas organizações. O fortalecimento das organizações e fóruns locais representam, no entendimento da ASSESOAR, uma força política capaz de contribuir no direcionamento dos recursos públicos e disputá-los com os defensores da agricultura convencional e do agronegócio. Da mesma forma, a presença da ASSESOAR e de outras organizações populares em redes, articulações, territórios, conselhos, tem contribuído para o fortalecimento dessa força política em espaços regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Apesar da grande investida do agronegócio, com a liberação dos organismos geneticamente modificados - transgênicos, percebemos o avanço das alternativas e iniciativas ecológicas desenvolvidas por agricultores e agricultoras familiares e suas organizações, bem como por escolas e universidades da região.

Com o resgate, a produção e reprodução de sementes, a consolidação das festas das sementes e a ampliação do Programa de Melhoramento de Galinhas Raças Puras, avançamos na disponibilização e multiplicação de sementes crioulas e de aves na região. Além disso, um movimento estadual e nacional, que conta com o apoio de "Terra de Direitos"², e alguns órgãos públicos, realizou ações de cunho político e jurídico em defesa do direito a não contaminação biológica das sementes nativas/crioulas, utilizadas pelos agricultores, o que resultou na anulação da liberação, em todo o Brasil, do uso comercial do milho Liberty Link, variedade T25, pela Justiça Federal do Paraná.

Outras iniciativas ecológicas começam a ganhar força na região: as cisternas de ferro e cimento para a captação e armazenamento de água das chuvas; os aquecedores solares; os sistemas agroflorestais e os silos de secagem e armazenamento de grãos adaptados à agricultura familiar.

Apesar de todo o esforço e os avanços obtidos com as feiras de alimentos ecológicos, os espaços de comercialização não tem avançado para além delas. Houveram iniciativas tímidas de organização dos consumidores em alguns municípios mas que não são vistas como potenciais pela maior parte das organizações e por isso permanecem à margem, enquanto estratégia de comercialização.

Nos processos de formação, houve avanços na compreensão do conceito de formação e planejamento em educação popular; maior envolvimento dos educandos/as, com o planejamento da formação nos cursos e nas entidades da agricultura familiar e camponesa. O método dos processos formativos despertam para importância da reflexão e do estudo a partir da realidade, fortalecem o trabalho coletivo e o diálogo nas entidades da agricultura familiar e camponesa.

Com relação à educação do campo, o trabalho nas escolas contaram com o apoio das secretarias de educação dos municípios e estadual, que disponibilizaram o suporte pedagógico para o trabalho. Em consequência, o Colégio São Francisco do Bandeira, do município de Dois Vizinhos, tornou-se uma referência em Educação do Campo no Estado do Paraná, conforme publicação no site da Secretaria Estadual de Educação do Estado, no dia 9 de julho de 2010³.

Para a ASSESOAR, apesar das dificuldades estruturais vivenciadas em 2010, construir referências

2 A organização "Terra de Direitos" atua na defesa e promoção dos direitos humanos, principalmente dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A organização incide nacionalmente nos diversos temas que trabalha. A equipe é formada por assessores jurídicos populares, por uma assessoria de comunicação e integra colaboradores de outras áreas de atuação.

3 <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/modules/noticias/article.php?storyid=1690&PHPSESSID=2010071208263898>

em escolas do campo foi fundamental. A partir de um planejamento coletivo com educandos/as, educadores/as e comunidades estabelece-se um vínculo permanente da escola com a realidade local, constituindo-se em novidade no ensino público. Existe atualmente a demanda para ampliar esse trabalho em outras escolas públicas.

Os cursos do CEP possibilitam o envolvimento das organizações e movimentos da Agricultura Familiar e Camponesa na coordenação, compondo um espaço favorável de reflexão que, se potencializado, poderá contribuir para a retomada da formação nas Organizações Populares envolvidas.

Constata-se, porém, ainda pouca compreensão e/ou priorização por parte das organizações regionais sobre os processos de formação, principalmente de Dirigentes e Formadores. Pelo fato dos cursos estabelecerem vínculos diretos com as entidades, é evidente a dificuldade de dedicar tempo para a formação. A formação, dentro das organizações ainda não encontra tempo e espaço.

Com relação ao compromisso com a formação dos educandos/as, as organizações da Agricultura Familiar e Camponesa, assumiram politicamente os projetos, mas há dificuldade em implementar os processos concretos, bem como dinamizar instâncias articuladoras regionais, com um coletivo de formadores, por exemplo. Faz-se necessário aprimorar a comunicação e o diálogo com cada entidade, negociar e estabelecer acordos, definindo compromissos e atividades necessárias.

No que se refere à relação da ASSESOAR com as universidades públicas, houve um avanço maior do que o esperado, o que desafia nossa forma de trabalhar. Existe a possibilidade de firmar convênios com várias universidades da região, na perspectiva de cursos de graduação e tecnólogos, com ênfase na Agroecologia e na Educação do Campo. Neste quadro, o CEP está desafiado a formular com maior propriedade quais as atividades serão realizadas por conta própria e as que serão através de parcerias, tendo em vista as especificidades e as estratégias políticas dos Movimentos Sociais e Organizações Populares.

A trajetória do Curso Técnico em Agroecologia demonstra que a maioria dos educandos/as realizou ações na perspectiva da agroecologia em sua UPVF. 20% delas tornaram-se referência e as demais encontram-se em processo de conversão. Outro indicador importante é que 80% dos agricultores(as) que passaram pelas atividades formativas do CEP estão atuando em sintonia com suas organizações.

As ações para o fortalecimento de projetos municipais de desenvolvimento, deixaram um saldo de 5 municípios fortalecidos e atuantes (Capanema, Ampere, Salgado Filho, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos), enquanto, em 19, há processos em andamento, caracterizados por ações parciais e formatos organizativos em fase de constituição. Nestes processos, a formação de dirigentes motivou a participação nos fóruns municipais, além do regional.

Nas relações entre movimentos sociais e as universidades, avançou-se na realização de cursos superiores conveniados e voltados aos interesses da população do campo, com projeto político pedagógico construídos entre movimentos sociais e universidade, mas as organizações populares não constituíram força e conhecimento suficiente para participar mais ativamente e contribuir para modificar a concepção de universidade. A este respeito, as maiores possibilidades estão na Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS.

Quanto aos objetivos de construir referência de educação pública do campo no ensino fundamental e médio, foram sistematizadas uma iniciativa no ensino médio e três no ensino fundamental. A Articulação Sudoeste por uma Educação do Campo manteve-se em atividade permanente, sendo, em 2009, acolhida como uma das câmaras temáticas do Território Sudoeste do Paraná. Um dos resultados desse trabalho foi a criação do curso de Licenciatura em Educação

do Campo, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus de Dois Vizinhos - UTFPR.

A articulação Paranaense possibilitou a criação do comitê estadual de Educação do Campo, que contribuiu nos debates nacionais resultando, entre outros avanços, no decreto⁴ presidencial que que regulamenta políticas públicas voltadas para a educação no campo. O documento define a quem as políticas de educação do campo devem ser dirigidas, os mecanismos que devem ser adotados pelo poder público para o desenvolvimento da educação do campo - como a garantia de saneamento básico e energia elétrica, por exemplo, bem como uma série de adequações a serem asseguradas pelo poder público para o cumprimento pleno do direito das populações camponesas à educação.

Atividades do CEP como a biblioteca, o centro de documentação, o laboratório de informática, a secretaria de cursos, entre outras, foram prejudicadas devido ao atraso nas obras de reforma e ampliação da sede que já se prolonga por 3 anos, bem como, pela diminuição da equipe.

Consolida-se a transversalidade de gênero e geração como estratégia institucional na Assesoar. A estratégia de transversalizar gênero e geração vem sendo construída há mais de 10 anos. O marco inicial se deu em 2002, quando a entidade constituiu o GEN – Grupo de Estudos e Ações Afirmativas em Gênero e Agroecologia, como espaço de reflexão institucional sobre o tema. O relatório de consultoria de Moema L. Viezzer, elaborado em 2003, a partir do estudo sobre o enfoque das relações de gênero na entidade, recomendava o "aprofundar a categoria de análise das Relações de Gênero enquanto Relações Sociais"; promover a "capacitação em Gênero e Agroecologia" em todas as atividades institucionais; e "investir no GEN".

Em um encontro do GEN - Núcleo de Estudos e Ações Afirmativas em Gênero e Agroecologia, no dia 4 de novembro de 2009, com o objetivo de analisar a “transversalidade” das relações de gênero na ASSESOAR, dizia-se que transversalizar gênero é "promover igualdade de oportunidade de vida para mulheres e homens; criar condições objetivas de participação para mulheres e homens nos espaços de decisão, desde as famílias, organizações, movimentos, igrejas, partidos políticos, governos; criar condições objetivas para que mulheres e homens possam ter maior poder de decisão sobre os aspectos econômico, social, cultural, afetivo, produtivo, reprodutivo e a vida como um todo; romper com a ideologia que, ainda, persiste nas pessoas, e nas instituições que estabelece uma divisão do trabalho, determinando atividades para homens e para mulheres; romper com a lógica do mercado, centrado na produtividade e competitividade a qualquer custo, dando lugar para ações centradas no cuidado, na solidariedade, na partilha, na vida; superar o medo e insegurança que a mulher tem de assumir compromissos, historicamente, atribuídos aos homens (direção política e administrativa de organizações, por exemplo); tornar a questão da equidade de gênero como critério para toda e qualquer ação institucional: participação em cursos, eventos e nos processos de avaliação e planejamento institucional, contratação de pessoas para a equipe, eleição de direção, aceitação de novos associados...".

Como ilustração, alguns dados da participação das mulheres na história das ASSESOAR: a) Na Escola Comunitária de Agricultores – ECAs, em 1991, na primeira turma, menos de 3 % eram mulheres; na segunda turma, em 1994, 6% eram mulheres; na terceira turma, em 1997, 50% eram mulheres. b) Na primeira turma do Curso Técnico em Agroecologia, em 2000, 13% eram mulheres; em 2006, na segunda turma, 40% eram mulheres; atualmente, na terceira turma, 40% são mulheres. c) Na Diretoria Executiva e Conselho Diretor da ASSESOAR, o número de mulheres esteve, nos últimos 10 anos, entre 20 e 40 %. Atualmente, elas são 40%, com uma mulher na presidência, pela segunda vez na história da Assesoar. d) 34% entre os/as associados/as, e 50% da equipe de trabalho, são mulheres.

Atualmente, a ASSESOAR assessora 4 grupos de mulheres; participa do Coletivo Regional de

4 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm

Mulheres, com representantes de 10 organizações regionais; mantém o GEN ativo e a questão de gênero está presente em todas as suas atividades e nos seus documentos institucionais. Não avançamos na consolidação de grupos de homens como havia sido planejado.

Isso tudo, por um lado, representa amadurecimento institucional e, por outro, um grande desafio devido ao perfil tradicionalmente machista e patriarcal da população regional, das instituições e das organizações, mesmo as do campo popular que estão cada vez mais subjugadas ao modelo da monocultura que avança sobre a produção de auto consumo e sobre as áreas de conservação das sementes e da biodiversidade, espaço essencialmente feminino.

4. Perspectivas e orçamento para o exercício de 2011

O próximo quadriênio da Assesoar, que se iniciou neste mês de março, estará assentado no objetivo estratégico: *“Campo popular e democrático fortalecido para avançar na normatização e efetivação de políticas públicas, especialmente da agricultura familiar e camponesa, na perspectiva do desenvolvimento multidimensional sustentável”*.

Tendo em vista esse objetivo estratégico, o plano de ação para os 4 anos organiza-se em 3 linhas de ação e um tema transversal. As linhas de ação: 1) A agroecologia fortalecida na região a partir da organização dos agricultores e das agricultoras ecológicas, da animação de processos de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agroecológicos, bem como, do fomento a pesquisa e tecnologia; 2) A Educação Popular e Educação Pública mais acessível, especialmente, aos agricultores/as familiares e camponeses/as; 3) Organizações populares fortalecidas e atuando na proposição e monitoramento de políticas públicas, especialmente, do campo. O tema transversal refere-se à questão de gênero e geração.

Tendo como base o Plano Quadrienal, os debates ocorridos nos encontros municipais de fevereiro, apreciados e aprovados na AGO 2011, apontam para:

- a continuidade a ações que fortaleçam o resgate e a partilha das sementes e da biodiversidade, bem como o desenvolvimento e consolidação de referencias em agroecologia;
- a criação de uma organização de agricultores ecológicos, canalizando todas as ações para potencializar esta organização;
- a realização de processos de educação com os egressos dos diferentes cursos realizados pelo CEP;
- a sistematização do curso Técnico em Agroecologia com a elaboração do projeto e inicio das atividades;
- processos de formação com um olhar mais atento ao pedagógico;
- o fortalecimento da gestão e coordenação compartilhada do CEP, especialmente do conselho consultivo;
- a continuidade no acompanhamento às escolas do campo e participação nos debates de educação do campo, através das Articulações Nacional, Estadual e Regional, do Comitê Estadual, da Câmara de Educação do Território Sudoeste de educação do campo, do CEAAL e outros espaços;
- uma melhor organização e gestão do centro de documentação, biblioteca, videoteca e laboratório de informática;
- a melhora da comunicação do CEP com as organizações e população regional;
- a continuidade da participação em fóruns, redes, articulações e conselhos que potencializem as ações institucionais;
- a continuidade e finalização da reforma e ampliação da sede social da entidade;
- que todas as ações institucionais contribuam para a criação de políticas públicas municipais, regionais, estaduais e nacionais.

ORÇAMENTO 2011 E COMPARATIVO COM 2010

RECEITAS

FONTES DE RECEITAS	2010	2011
Financiadoras/Exterior	521.097,17	835.000,00
EED	306.023,00	400.000,00
CCFD	149.074,17	115.000,00
IAF	66.000,00	320.000,00
Receita Projeto SETI/PR	7.567,36	,00
Receitas Próprias ASSESOAR	205.637,87	220.000,00
Juros Bancários	7.140,28	10.000,00
Convênios/ Rede Ecovida	3.259,00	,00
Receitas Venda Imobilizado	14.983,92	
Total da Receita	759.685,60	1.065.000,00

DESPESAS

DESCRIÇÃO DOS GASTOS	2010	2011
Salários e Encargos Sociais	418.421,57	600.000,00
Prestação de Serviços	60.042,78	50.000,00
Gastos com Veículos	38.379,60	35.000,00
Gastos com Passagens	10.213,76	26.000,00
Hospedagem Alimentação	58.135,64	18.000,00
Material de Escritório/Apoio e Publicações	34.272,72	30.000,00
Despesas Gerais	38.407,55	75.000,00
Despesas Admin./Auditoria	3.000,00	12.000,00
Despesas de Manut. e Reformas Gerais	23.897,95	25.000,00
Implantação Projeto Agroflorestas		230.000,00
TOTAL	684.771,57	1.101.000,00

PREVISÃO DE DÉFICIT NO EXERCÍCIO DE 2011 R\$ 36.000,00

5. Manifestação pública de organizações do Sudoeste do Paraná

sobre o Contrato de Repasse 0209943-16 - MDA/Prefeitura de Francisco Beltrão

Francisco Beltrão, 02 de março de 2011

Nós, associados, associadas e equipe da ASSESOAR e representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF, do Sistema CRESOL de Cooperativismo de Crédito Rural com Interação Solidária, do Sistema CLAF de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar, da Rede Ecovida de Agroecologia, do Sistema COOPAFI de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar, da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, do Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores – CAPA/Verê, do Sistema COOPERATER de Cooperativas de Assistência Técnica e Extensão Rural, da UNIOESTE/Francisco Beltrão, da UTFPR/Dois Vizinhos, da EMATER Regional, dos mandatos legislativos dos deputados, federal, Assis Miguel do Couto e estadual, Luciana Rafagnin, presentes na Quadragésima Sexta Assembleia Geral Ordinária da ASSESOAR, no dia 2 de março de 2011, em Francisco Beltrão, após ouvir os esclarecimentos de representantes do Executivo Municipal de Francisco Beltrão, convidados para esse fim, sobre as razões da demora na continuidade das obras do Contrato de Repasse 0209943-16, celebrado pelo MDA com a Prefeitura de Francisco Beltrão, cujos recursos estão disponíveis na Caixa Econômica Federal desde o dia 06 de novembro de 2007, tendo a obra iniciada em abril de 2008 e embargada em junho de 2008, encontrando-se abandonada até o presente momento, queremos, através desta:

1) Expressar nossa profunda indignação com a falta de respeito e consideração pela forma como está sendo conduzido o processo do referido projeto. É absolutamente inconcebível que tramites técnicos e burocráticos como “ajustes de planilhas” demorem mais de 15 meses para serem ajustados – motivo alegado pela prefeitura municipal de Francisco Beltrão – pela demora em dar prosseguimento a obra. Não estamos querendo saber dos culpados e muito menos de identificá-los, mas de encontrar uma saída imediata para um problema tão grave e vergonhoso para todos e todas nós.

2) Dizer que o trabalho de 45 anos da ASSESOAR e de todas as organizações de agricultores familiares e camponeses da região, não poderá continuar prejudicado dessa forma. São mais de R\$ 200.000,00 anuais de prejuízos financeiros, só com aluguéis de estrutura para escritórios e espaços apropriados para seus inúmeros processos de formação.

3) Dizer que estamos estabelecendo prazos, que consideramos largos o suficiente, para superarmos o impasse e para que as obras sejam retomadas, dando fim aos prejuízos causados nesses já quase 3 anos: a) até dia 15 de março de 2011, para que a prefeitura de Francisco Beltrão repasse as novas planilhas para a Caixa Econômica Federal de Cascavel; b) até 31 de março de 2011, para que a Caixa Econômica de Cascavel retorne as planilhas analisadas para as devidas providências junto ao MDA; c) até o dia 05 de abril, para que a Prefeitura de Francisco Beltrão encaminhe o processo ao MDA; d) até 10 de abril para que o MDA autorize a utilização dos rendimentos do projeto e a imediata retomada das obras.

4) Dizer, ainda, que estaremos, através de uma comissão de representantes de organizações regionais, alertas e acompanhando de perto o desenrolar dos acontecimentos e, a partir de 15 de abril, mobilizados para garantir a retomada imediata das atividades e para responsabilizar, se for o caso, a Prefeitura de Francisco Beltrão e a Caixa Econômica Federal, pelos danos econômicos

causados à ASSESOAR e às organizações de agricultores familiares e camponeses da região.

5) Dizer, por fim, que esse posicionamento não é sinal de intransigência. Pelo contrário, esperamos calados por quase 3 anos, acreditando na boa vontade de quem nos fez de “joão bobo” como manifestado por um participante da Assembleia, no dia 2 de março. “Não dá mais, agora chega”, foi a expressão coletiva da Assembleia.

Conforme decisão da Assembleia, essa Manifestação Pública será entregue e protocolada junto a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Caixa Econômica Federal de Cascavel e MDA em Brasília e segue cópia do livro de assinatura dos presentes.

Em nome da Comissão Regional de Organizações, assinam: